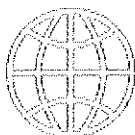


**FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE**

Associação para o Desenvolvimento Empresarial

**RELATÓRIO E CONTAS
2013**

LISBOA



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

RELATÓRIO DE 2013

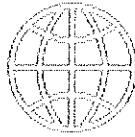
De acordo com os princípios legais e estatutários, vem o Conselho Directivo (CD) do Fórum para a Competitividade (FpC) apresentar aos Associados o Relatório e as Contas relativos ao exercício de 2013, o qual se revestiu de um menor grau de excepionalidade relativamente ao de 2012.

O ano de 2013 foi de significativo aumento da actividade do Forum e fica marcado por duas iniciativas:

- A. O trabalho aprofundado sobre IDE (a que se referem os pontos 4, 8 e 17 deste Relatório). Este trabalho incluiu a elaboração de um documento de referência (de forma participada, por um grupo de personalidades), a sua divulgação e debate num Seminário e, seguidamente, a sua discussão com o Governo, o PS e os Parceiros Sociais, em sucessivas reuniões de trabalho ao longo do ano.
- B. A primeira iniciativa pública da recém-criada Comissão de Trabalho para o Mercado de Capitais – um Seminário sobre o Financiamento da Economia Portuguesa e o Mercado de Capitais (a que se refere o ponto 14).

Seguidamente detalhamos, cronologicamente, os principais pontos da actividade do Forum em 2013.

1. O **Site do FpC** foi mantido e constantemente actualizado, incluindo, diariamente, as notícias de referência (linkadas para os documentos originais), artigos de opinião que merecem especial atenção na temática da competitividade e, ainda, estudos/"papers" versando matérias relacionadas (fiscalidade, legislação laboral, concorrência, justiça económica, etc.). O acesso faz-se através do endereço www.forumcompetitividade.org.
2. Além do site, passou o FpC, a partir de Maio de 2013, a dispor de uma página no Facebook, diariamente actualizada, com publicações e comentários sobre os principais assuntos da actualidade económica. O acesso faz-se em www.facebook.com/ForumParaACompetitividade.
3. Em 6 de Fevereiro o Presidente do Conselho Directivo do Forum foi ouvido na Comissão de Economia e Obras Públicas da Assembleia da República sobre a situação e perspectivas da economia portuguesa (**Anexo 1**).



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

4. Em 13 de Março reuniu o Grupo de Trabalho sobre "IDE em Portugal" para debater as condições necessárias para reanimar esse tipo de Investimento e preparar propostas para o seminário de 22 de Maio. Nesse Grupo de Trabalho participaram a Câmara de Comércio Luso-Alemã, o UKTI, a AICEP e personalidades do mundo empresarial.
5. Em 27 de Março teve lugar a **Assembleia Geral** para apreciação das contas de 2012, alteração dos Estatutos, ratificação das deliberações do Conselho Directivo sobre a aceitação do património da APDMC e reestruturação dos Órgãos Sociais.
6. No dia 22 de Abril o Presidente do Forum teve uma participação de fundo no "Forum TSF" sobre questões laborais.
7. Em 18 de Maio o Presidente do Forum deu uma entrevista ao Expresso sobre IDE e outros temas ([Anexo 2](#)).
8. Em 22 de Maio o Forum organizou o Seminário "IDE em Portugal", com o apoio institucional da **AICEP, Associação Industrial Portuguesa, Câmara de Comércio e Indústria Luso-Alemã, Câmara de Comércio e Indústria Luso-Francesa, Confederação da Indústria Portuguesa e UK Trade & Investment** ([Anexo 3](#)).
9. Em 22 de Junho o Presidente do Forum deu uma entrevista de fundo ao jornal I ([Anexo 4](#)).
10. Em 11 de Julho o Forum organizou uma reunião de trabalho de meio dia com a Comissão para a Reforma do IRC, presidida por António Lobo Xavier.
11. Em 11 de Setembro o Presidente do Conselho Directivo do Forum deu uma entrevista de fundo ao Diário Económico, sobre a proposta de reforma do IRC ([Anexo 5](#)).



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

12. Em 18 de Setembro o Forum organizou o seu habitual Seminário sobre o OE, subordinado ao tema "OE 2014 – As políticas de crescimento, o IDE e as restrições orçamentais", com o apoio da AESE – Escola de Direcção e Negócios. O seminário foi encerrado por Sua Excelência, a Ministra das Finanças ([Anexo 6](#)).
13. Em 25 de Novembro realizou-se uma Assembleia Geral Extraordinária do Forum, que teve como ordem de trabalhos a alteração de um conjunto de artigos dos Estatutos, para os pôr em conformidade com as determinações do Ministério Público.
14. Em 27 de Novembro a Comissão de Trabalho para o Mercado de Capitais do Forum para a Competitividade organizou um seminário subordinado ao tema "Mercado de Capitais e o Financiamento da Economia em Portugal", que teve, na abertura, a participação do Professor Manuel Rodrigues, Secretário de Estado das Finanças ([Anexo 7](#)).
15. Em 29 de Novembro o Presidente da Comissão de Trabalho para o Mercado de Capitais e membro do Conselho Directivo do Forum para a Competitividade, Joaquim Luiz Gomes, deu uma entrevista ao Diário Económico sobre o papel do mercado de capitais no financiamento da economia portuguesa ([Anexo 8](#)).
16. No dia 5 de Dezembro realizou-se a Escritura de alteração dos Estatutos conforme deliberado na Assembleia Geral referida no ponto 13.
17. Com a finalidade de apresentação das conclusões do seminário sobre IDE (referido no ponto 8), ao longo do ano, o Conselho Directivo do Forum foi recebido em audiência por: Presidente da República, Primeiro Ministro, Ministro das Finanças, Ministro da Economia, Ministra da Justiça, Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Secretário de Estado das Finanças, FMI, Representação da Comissão Europeia em Portugal, Secretário Geral do PS, Secretário Geral da UGT, e Presidentes da CAP, CCP e CSP.



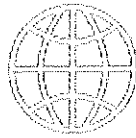
FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

18. Em 2013, apesar das dificuldades que a economia portuguesa enfrentou registaram-se as seguintes **adesões ao Forum**, como Associados: Liberty Seguros, GS1 Portugal, Jaime Anahory, BES Investimento, Deutsche Bank, Abílio do Rosário, Jorge Armindo Teixeira, Teodora Cardoso, Joaquim Luiz Gomes, Duarte Calheiros e Carlos Cid Álvares. Os três primeiros, embora tenham aderido em 2012, pagaram a primeira quota em 2013.

Por outro lado, saíram de Associados: AECOPS e PLMJ e manifestaram intenção de sair Secil, Carlos Aguiar, Ferreira de Lima & Associados, Banco Best e Biotecnol

19. As **contas** do exercício de 2013 reflectem o retorno à normalidade na gestão do Forum, uma vez completada, em 2012, a dissolução da APDMC e a transferência para o Forum do seu património

- (valores em Euros)
- Os **gastos fixos** do Forum (pessoal, rendas, trabalho especializado/contabilidade) tiveram uma forte redução face a 2012, passando de 178.594 para 152.621. Dentro destes gastos fixos, os gastos com pessoal tiveram uma ligeira redução de 87.562 para 86.781
- Os rendimentos de **quotizações** de 2013 foram de 104.040, um aumento face a 2012 (100.800). Em contrapartida, o valor de quotas e jóias de **novos Associados** passou de 10.060 em 2012 para 6.530 em 2013. No conjunto, a quotização+jóias teve um pequeno decréscimo de 290 e reflecte, pelo terceiro ano consecutivo, as dificuldades sentidas ao nível dos Associados, embora com tendência para uma estabilização.
- Há que destacar o rendimento de "**rendas**", no valor de 6.000, correspondente a 12 meses de sub-locação de parte do espaço das nossas instalações à Câmara de Comércio Portugal Moçambique.
- Os rendimentos com **patrocínios e inscrições** tiveram um ligeiríssimo decréscimo de 506, de 32.474 para 31.968.
- Nestes termos, o **total de rendimentos e ganhos** foi de 151.864.



**FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE**

- O **resultado líquido** foi de -1.574,11.

Refira-se que, à data da elaboração deste Relatório, não existem dívidas do Forum, em mora ao Estado, nem qualquer financiamento bancário.

Lisboa, 16 de Abril de 2014

O CONSELHO DIRECTIVO

Pedro Ferraz da Costa
Presidente

António Nogueira Leite
Vice Presidente

Bernardo Meyrelles
Vice Presidente

Henrique Medina Carreira
Vice Presidente

Jaime Esteves
Vice Presidente



**FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE**

João Moreira Rato
Vice Presidente

Joaquim Luiz Gomes
Vice Presidente

José Honório
Vice Presidente

Luís Penha e Costa
Vice Presidente

Maria do Carmo Vieira da Fonseca
Vice Presidente

Salvador de Mello
Vice Presidente

Entidade: Fórum para a Competitividade (Associação)

Balanco Individual em 31 de Dezembro de 2013

Unidade Mon. (Euro)

| RUBRICAS | Notas | Datas | |
|---|-------|-------------------|-------------------|
| | | 31-12-2013 | 31-12-2012 |
| ACTIVO | | | |
| Activo não corrente | | | |
| Activos fixos tangíveis | 6 | 7.766,67 | 13,52 |
| Activos intangíveis | 7 | 330,57 | 330,57 |
| | | 8.097,24 | 344,09 |
| Activo corrente | | | |
| Adiantamentos a fornecedores | 10 | 612,98 | 612,98 |
| Estado e outros entes públicos | 14 | 436,18 | 2.719,46 |
| Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros | 10 | 9.848,12 | 16.617,48 |
| Outras contas a receber | 10 | 250,00 | 1.053,85 |
| Diferimentos | | 1.688,54 | 1.679,73 |
| Caixa e depósitos bancários | 4 | 31.531,34 | 50.698,87 |
| | | 44.367,16 | 73.382,37 |
| Total do activo | | 52.464,40 | 73.726,46 |
| FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO | | | |
| Fundos patrimoniais | | | |
| Resultados transitados | | -66.594,24 | -131.464,45 |
| Resultado líquido do período | | -1.574,11 | 64.870,21 |
| Total do fundo de capital | | -68.168,35 | -66.594,24 |
| Passivo | | | |
| Passivo corrente | | | |
| Fornecedores | 10 | 99.156,63 | 118.154,76 |
| Estado e outros entes públicos | 14 | 3.663,61 | 4.565,00 |
| Outras contas a pagar | 10 | 17.312,51 | 16.670,94 |
| Diferimentos | | 500,00 | 930,00 |
| | | 120.632,75 | 140.320,70 |
| Total do passivo | | 120.632,75 | 140.320,70 |
| Total dos fundos patrimoniais e do passivo | | 52.464,40 | 73.726,46 |

Executado por NuCase-Contabilidade e Assistência Fiscal, SA em 16-04-2014 10:28

Entidade: Fórum para a Competitividade (Associação)

Demonstração Individual dos resultados por naturezas

Período Findo em 31 de Dezembro de 2013

Unidade Mon. (Euro)

| Rendimentos e Gastos | Notas | Períodos | |
|--|-------|------------------|------------------|
| | | 2013 | 2012 |
| Vendas e serviços prestados | 9 | 141.799,34 | 148.587,29 |
| Fornecimentos e serviços externos | 11.1 | -65.869,64 | -91.031,40 |
| Gastos com o pessoal | 11.2 | -86.796,36 | -87.562,62 |
| Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões) | | 2.500,00 | -9.960,00 |
| Aumentos/Reduções de justo valor | | 106,53 | |
| Outros rendimentos e ganhos | 9 | 7.459,12 | 105.391,97 |
| Outros gastos e perdas | | -526,25 | -419,07 |
| Resultados antes de depreciações, gastos financiamento e impostos | | -1.327,26 | 65.006,17 |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização | | -246,85 | -135,96 |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | | -1.574,11 | 64.870,21 |
| Juros e gastos similares suportados | | 0,00 | 0,00 |
| Resultado antes dos impostos | | -1.574,11 | 64.870,21 |
| Imposto sobre o rendimento do período | | 0,00 | 0,00 |
| Resultado líquido do período | | -1.574,11 | 64.870,21 |

Gerência/Administração

Técnico Oficial de Contas

Forum para a Competitividade- Associação

MÉTODO DIRECTO

Demonstração de Fluxos de caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2013

| Rubricas | Notas | | 2013 | 2012 |
|--|-------|-----|-------------|--------------|
| Fluxos de caixa das actividades operacionais - metodo directo | | | | |
| Recebimentos de clientes e utentes | | + | 157.331,75 | 134.213,87 |
| Pagamentos a fornecedores | | - | (80.524,69) | (86.387,73) |
| Pagamentos ao pessoal | | - | (86.378,80) | (100.573,24) |
| Caixa gerada pelas operações | | +/- | (9.571,74) | (52.747,10) |
| Outros recebimentos/pagamentos | | +/- | (1.613,44) | 100.558,69 |
| Fluxo de caixa das actividades operacionais (1) | | +/- | (11.185,18) | 47.811,59 |
| Fluxos de caixa das actividades de investimento | | | | |
| Pagamentos respeitantes a: Ativos fixos tangíveis | | | (8.000,00) | |
| Recebimentos provenientes de: Juros e rendimentos similares | | + | 17,65 | 3,32 |
| Fluxos de caixa das actividades de investimento (2) | | +/- | (7.982,35) | 3,32 |
| Fluxos de caixa das actividades de financiamento | | | | |
| Pagamentos referentes a: Juros e gastos similares | | - | | |
| Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3) | | +/- | 0,00 | 0,00 |
| Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3) | | +/- | (19.167,53) | 47.814,91 |
| Efeito das diferenças de câmbio | | +/- | | |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | | | 50.698,87 | 2.883,96 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | | | 31.531,34 | 50.698,87 |

O Técnico de Contas

0

FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

Associação Para o Desenvolvimento Empresarial

Praça das Industrias- Edif. AIP

1300.307 LISBOA

Nº. Cont. : 503 268 100

ANEXO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCICIO DE 2013

INTRODUÇÃO

A associação Fórum para a Competitividade, constituída em 1994, tem como objeto social a promoção e desenvolvimento da competitividade empresarial.

1- Identificação da entidade:

- 1.1-Designação: Fórum Para a Competitividade- Associação para o Desenvolvimento Empresarial
- 1.2- Sede: praça das Industrias, Edifício Rosa – 1º 1300-307 Lisboa
- 1.3-Natureza da atividade: Associação sem fins lucrativos, para o desenvolvimento empresarial.

2- Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1- Base de Preparação

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Associação, a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação, mantidos de acordo a Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), regulada pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março (aprova o Regime Normalização para as ESNL)
- Portaria nº 105/2011 de 14 de Março (aprovas as Demonstrações Financeiras para as ESNL)
- Portaria nº 106/2011 de 14 de Março (aprova o código de contas das ESNL)
- Aviso nº 6726-B/2011 (Norma contabilística Relato Financeiro para as ESNL)

Em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação foi utilizada a NCRF-ESNL. As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando os modelos das

demonstrações financeiras previstos no artº 1º da Portaria nº 105/2011 de 14 de Março, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo.

A NCRF-ESNL foi utilizada na elaboração das demonstrações financeiras pela primeira vez em 2012, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes não tendo sido efetuadas alterações de políticas contabilísticas face ao anterior referencial que foi o SNC (desde 2010).

Conforme previsto no Anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, a associação aplica supletivamente o SNC e as Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”) e as respetivas interpretações (“SIC/IFRIC”) do IASB, de forma a colmatar lacunas ou omissões relativas a aspetos de algumas transações ou situações particulares não previstas na NCRF-ESNL.

Nos períodos de 2013 e de 2012 a que respeitam as presentes demonstrações financeiras não foram derrogadas quaisquer disposições da NCRF-ESNL que pudessem ter produzido efeitos materialmente relevantes pondo em causa a imagem verdadeira e apropriada da informação divulgada.

3- Principais políticas contabilísticas

Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais políticas contabilísticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou de produção. O custo de aquisição inclui: (i) o preço de compra do ativo, (ii) as despesas diretamente imputáveis à compra, e (iii) os custos estimados de desmantelamento, remoção dos ativos e restauração do local . Após o reconhecimento inicial os ativos fixos tangíveis são mensurados ao custo deduzido de depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

As depreciações dos ativos tangíveis, deduzidos do seu valor residual, são calculadas de acordo com o método da linha reta (quotas constantes), a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil dos ativos, a qual é determinada em função da utilidade esperada.

A depreciação cessa quando os ativos passam a ser classificados como detidos para venda.

Em cada data de relato, a Associação avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que existam tais indícios, os ativos fixos tangíveis são sujeitos a testes de imparidade, sendo o excesso da quantia escriturada face à quantia recuperável, caso exista, reconhecido em resultados. A quantia recuperável corresponde ao montante mais elevado entre o justo valor de um ativo menos os custos de o vender e o seu valor de uso.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos tangíveis ainda em fase de construção/produção, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou produção. Estes ativos são depreciados a partir do mês em que se encontrem em condições de ser utilizados nos fins pretendidos.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como gastos do período em que são incorridos. As grandes reparações que originem acréscimo de benefícios ou de vida útil esperada são registadas como ativos tangíveis e depreciadas às taxas correspondentes à vida útil esperada. A componente substituída é identificada e abatida.

Os ganhos ou perdas decorrentes da alienação de ativos fixos tangíveis, determinadas pela diferença entre o valor de venda e a respetiva quantia registada na data da alienação, são contabilizadas em resultados na rubrica "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição. Após o reconhecimento inicial os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido das amortizações acumuladas e das perdas de imparidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Associação e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os ativos intangíveis compreendem essencialmente despesas com o registo da marca com vida útil indefinida, pelo que não são objeto de amortização.

Os ganhos ou perdas resultantes da alienação dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data da alienação, sendo registadas na Demonstração dos resultados por naturezas como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

Imparidade de ativos tangíveis e intangíveis, exceto goodwill

A Associação efetua avaliações de imparidade dos seus ativos fixos tangíveis e intangíveis sempre que ocorre algum evento ou alteração que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso da existência de tais indícios, a Associação procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. O justo valor é o valor que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados do ativo durante a vida útil esperada. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada na Demonstração dos resultados por naturezas do período a que se refere, na rubrica de "Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/reversões)".

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração de resultados como dedução à rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas/reversões)". Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciações ou amortizações) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em anos anteriores, e é reconhecida como um rendimento na demonstração de resultados.

Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio noutra entidade.

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais. Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro. Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos financeiros e instrumento de capital da Associação são basicamente os Associados e outras contas a receber, Caixa e equivalentes de caixa. Os passivos financeiros são fundamentalmente os Fornecedores e outras contas a pagar. Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados na data do relato financeiro ao custo ou ao custo amortizado subtraído da perda por imparidade, sendo o custo amortizado determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Por instrumento de capital próprio entende-se um qualquer contrato que evidencie um interesse nos ativos da Empresa após a subtração de todos os passivos. Os instrumentos de capital próprio são basicamente as ações/ quotas da empresa e prestações suplementares e acessórias, sempre que cumpram o conceito de instrumento de capital próprio.

Associados e outras contas a receber

Os saldos de associados constituem as contas a receber pelas respetivas quotizações . Se é expectável que a sua cobrança ocorra dentro de um ano ou menos, são classificadas como ativo corrente. Caso contrário são classificadas como ativo não corrente.

As contas a receber classificadas como ativo corrente não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal, deduzidas de perdas de realização estimadas (perdas por imparidade), calculadas essencialmente com base na antiguidade das contas a receber. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

As contas a receber classificadas como ativo não corrente são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo da correspondente perda em resultados.

O seu desreconhecimento só ocorre quando expiram os direitos contratuais.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos nas rubricas de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existam limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outros credores são responsabilidades respeitantes à aquisição de serviços pela Associação no decurso normal das suas atividades. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário, são classificadas como passivo não corrente.

As contas a pagar classificadas como passivo corrente são registadas pelo seu valor nominal.

As contas a pagar classificadas como passivo não corrente, para as quais não exista uma obrigação contratual pelo pagamento de juros, são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, incluindo os custos incorridos para colocar os inventários no seu local e em

condições de utilização. O método de valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

Sempre que se verifica que a antiguidade dos inventários é significativa, procede-se à redução da quantia registada, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade.

Provisões e passivos contingentes

São reconhecidas provisões quando, cumulativamente: (i) a Associação tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

O montante das provisões corresponde ao valor presente da obrigação, sendo a atualização financeira registada como custo financeiro na rubrica de “Juros e gastos similares suportados”

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Quando alguma das condições para o reconhecimento de provisões não é preenchida, a Associação procede à divulgação dos eventos como passivo contingente. Os passivos contingentes são: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo, ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos.

Rédito

O rédito relativo a quotizações, vendas e prestações de serviços, é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui o Imposto sobre o Valor Acrescentado.

O reconhecimento de um crédito exige que (i) seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Associação, (ii) o montante do crédito possa ser fiavelmente mensurado, (iii) os custos incorridos ou a incorrer com a transação também possam ser mensurados com fiabilidade e, (iv) que a fase de acabamento da prestação de serviços/ transação possa ser mensurada com fiabilidade, no caso da prestação de serviços/transação ser reconhecida com base na percentagem de acabamento.

Regime do acréscimo

Os rendimentos e os gastos são registados de acordo com o regime do acréscimo, pelo que são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

Os rendimentos e os gastos reconhecidos na demonstração de resultados por naturezas que ainda não tenham sido faturados ou cuja fatura de aquisição ainda não tenha sido rececionada são registados por contrapartida de “Devedores por acréscimos de rendimentos” ou de “Credores por acréscimos de gastos” relevados nas rubricas de balanço de “Outras contas a receber” e “Outras contas a pagar”, respetivamente . Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registadas por contrapartida das rubricas de “Diferimentos” do passivo e do ativo, respetivamente.

Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com a NCRF- ESNL foram utilizadas julgamentos e estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. As estimativas e pressupostos são determinadas com base no melhor conhecimento existente à data de preparação das demonstrações financeiras e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das situações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras ocorrem nas seguintes áreas:

Ativos fixos tangíveis e intangíveis/ estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método das quotas constantes, a partir do mês em que o ativo se encontra disponível para utilização. As taxas de depreciação praticadas refletem o melhor conhecimento sobre a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respectivas vidas úteis são revistos e ajustados, quando se afigura necessário.

Imparidade de Associados e outras contas a receber

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação que a Associação faz da probabilidade de recuperação dos saldos de associados ou de outras contas a receber. Esta avaliação é efetuada em função do tempo de incumprimento, do histórico de crédito do associado e outros devedores e da deterioração da situação creditícia dos principais associados e outros devedores. Caso as condições financeiras dos associados se deteriore, as perdas de imparidade poderão ser superiores ao esperado.

Provisões

A Associação exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões. O julgamento é necessário de forma a aferir a probabilidade que um contencioso tem de ser bem sucedido. As provisões são constituídas quando a Associação espera que processos em curso irão originar a saída de fluxos, a perda seja provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível. Revisões às estimativas destas perdas podem afetar os resultados futuros.

Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço mas antes da data de aprovação das demonstrações financeiras pelo órgão de gestão da associação e desde que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, são refletidos nas demonstrações financeiras do período. Os eventos ocorridos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”) são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4-Fluxos de Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2012 e 2013 têm a seguinte composição:

(valores expressos em euros)

| Metas financeiros líquidos constantes do balanço | 2013 | | | 2012 | | |
|--|----------------------|------------------------|------------------|----------------------|------------------------|------------------|
| | Quantias disponíveis | Quantias indisponíveis | Totais | Quantias disponíveis | Quantias indisponíveis | Totais |
| Caixa | 93,97 | | 93,97 | 31,31 | | 31,31 |
| Depósitos bancários | 6.792,64 | | 6.792,64 | 11.984,56 | | 11.984,56 |
| Outros equivalentes de caixa | 24.644,73 | | 24.644,73 | 38.683,00 | | 38.683,00 |
| Totais | 31.531,34 | 0,00 | 31.531,34 | 50.698,87 | 0,00 | 50.698,87 |

5-Alteração de políticas contabilísticas, erros e estimativas

Durante o exercício não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período anterior, apresentada para efeitos comparativos. Adicionalmente, não foram reconhecidos erros materiais relativos a estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras de períodos anteriores.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

6-Ativos fixos tangíveis

Vidas úteis e métodos de depreciação

| Métodos de depreciação, vidas úteis e taxas de depreciação usadas nos ativos fixos tangíveis | Equipamento básico | Equipamento transporte | Equipamento administrativo |
|--|--------------------|------------------------|----------------------------|
| Vidas úteis | 3,5,10 | 4 | |
| Taxas de depreciação | 10,20,30 | 25,00% | |
| Métodos de depreciação | Linha reta | Linha reta | Linha reta |

Movimentos ocorridos nos exercícios de 2013 e 2012

| <i>Activos fixos tangíveis</i> | Equipamento básico | Equipamento administrativo | Outros activos fixos tangíveis | Total |
|--------------------------------|--------------------|----------------------------|--------------------------------|----------------|
| 1 de Janeiro de 2012 | | | | |
| Custo de aquisição | 1.649,55 | 29.156,93 | 148,76 | 30.956,00 |
| Imparidade acumulada | | | | |
| Depreciações acumuladas | -1.500,07 | -29.156,93 | -148,76 | -30.805,76 |
| Valor líquido | 149,48 | 0,00 | 0,00 | 150,24 |
| 31 de Dezembro de 2012 | | | | |
| Adições | | | | |
| Alienações | | | | |
| Transferências e abates | | | | |
| | | | | |
| Depreciações | -135,96 | | | -135,96 |
| Perdas por imparidade | | | | |
| Valor líquido | -135,96 | 0,00 | 0,00 | -135,96 |
| 31 de Dezembro de 2012 | | | | |
| Custo de aquisição | 1.649,55 | 29.156,93 | 148,76 | 30.956,00 |
| Imparidade acumulada | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Depreciações acumuladas | -1.636,03 | -29.156,93 | -148,76 | -30.941,48 |
| Valor líquido | 13,52 | 0,00 | 0,00 | 13,52 |

| Activos fixos tangíveis | Equipamento básico | Equipamento transporte | Equipamento administrativo | Outros activos fixos tangíveis | Total |
|--------------------------------|---------------------------|-------------------------------|-----------------------------------|---------------------------------------|-----------------|
| 1 de Janeiro de 2013 | | | | | |
| Custo de aquisição | 1.649,55 | | 29.156,93 | 148,76 | 30.956,00 |
| Imparidade acumulada | | | | | |
| Depreciações acumuladas | -1.636,03 | | -29.156,93 | -148,76 | -30.942,48 |
| Valor líquido | 13,52 | | 0,00 | 0,00 | 13,52 |
| 31 de Dezembro de 2013 | | | | | |
| Adições | | 8.000,00 | | | 8.000,00 |
| Alienações | | | | | |
| Transferências e abates | | | | | |
| | | | | | |
| Depreciações | -13,52 | -233,33 | 0,00 | | -246,85 |
| Perdas por imparidade | | | | | |
| Valor líquido | -13,52 | 7.766,67 | 0,00 | 0,00 | 7.753,15 |
| 31 de Dezembro de 2013 | | | | | |
| Custo de aquisição | 1.649,55 | 8.000,00 | 29.156,93 | 148,76 | 38.956,00 |
| Imparidade acumulada | 0,00 | | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Depreciações acumuladas | -1.649,55 | -233,33 | -29.156,93 | -148,76 | -31.189,33 |
| Valor líquido | 0,00 | 7.766,67 | 0,00 | 0,00 | 7.766,67 |

7-Ativos Intangíveis

Movimentos ocorridos nos exercício 2013 e 2012

| Ativos Intangíveis | Outros activos Intangíveis | Total |
|-------------------------------|-----------------------------------|---------------|
| A 1 de Janeiro de 2012 | | |
| Custo de aquisição | 330,57 | 330,57 |
| Imparidade acumulada | | |
| Amortizações acumuladas | | 0,00 |
| Valor líquido | 330,57 | 330,57 |
| Adições | | |
| Alienações | | |
| Transferências e abates | | |
| Depreciação - exercício | | |
| Perdas Imparidade | | 0,00 |
| Valor líquido | 0,00 | 0,00 |
| 31 de Dezembro de 2012 | | |
| Custo de aquisição | 330,57 | 330,57 |
| Imparidade acumulada | 0,00 | |
| Amortizações acumuladas | 0,00 | 0,00 |
| Valor líquido | 330,57 | 330,57 |

| Ativos intangíveis | Outros activos intangíveis | Total |
|-------------------------------|-----------------------------------|---------------|
| A 1 de Janeiro de 2013 | | |
| Custo de aquisição | 330,57 | 330,57 |
| Imparidade acumulada | | |
| Amortizações acumuladas | | 0,00 |
| Valor líquido | 330,57 | 330,57 |
| Adições | | |
| Alienações | | |
| Transferências e abates | | |
| Depreciação - exercício | | |
| Perdas imparidade | | 0,00 |
| Valor líquido | 0,00 | 0,00 |
| 31 de Dezembro de 2013 | | |
| Custo de aquisição | 330,57 | 330,57 |
| Imparidade acumulada | 0,00 | |
| Amortizações acumuladas | 0,00 | 0,00 |
| Valor líquido | 330,57 | 330,57 |

8-Inventários

| Inventários | 2013 | 2012 |
|----------------------------------|-------------|-------------|
| Mercadorias | 2.450,99 | 2.450,99 |
| Perdas por imparidade acumuladas | 2.450,99 | 2.450,99 |
| Subtotal | - | - |

9-Rédito

Quantias dos renditos reconhecidos no período

| Quantias dos renditos reconhecidas no período | 2013 | | | 2012 | |
|---|----------------------------------|--|--|----------------------------------|--|
| | Renditos reconhecidos no período | Proporção face ao total dos renditos reconhecidos no período | Variação percentual face aos renditos reconhecidos no período anterior | Renditos reconhecidos no período | Proporção face ao total dos renditos reconhecidos no período |
| Prestação de serviços | 141.799,34 | 95,00% | (4,57%) | 148.587,29 | 58,50% |
| Outros rendimentos e ganhos | 7.459,12 | 5,00% | (92,92%) | 105.391,97 | 41,50% |
| Totais | 149.258,46 | 100,00% | (41,23%) | 253.979,26 | 100,00% |

10-Ativos e passivos financeiros

Informação relativa a ativos e passivos financeiros

| Quantias escrituradas de cada uma das categorias de activos financeiros e passivos financeiros | | 2013 | | | 2012 | | |
|--|-------------------------|-------------------|------------------------|-----------------------|-------------------|------------------------|-----------------------|
| | | Quantias brutas | Imparidades acumuladas | Quantias escrituradas | Quantias brutas | Imparidades acumuladas | Quantias escrituradas |
| Activos financeiros ao custo menos imparidade | Associados | 60.166,80 | 50.318,68 | 9.848,12 | 69.436,16 | 52.818,68 | 16.617,48 |
| | Outras contas a receber | 250,00 | | 250,00 | 1.053,85 | | 1.053,85 |
| | Adiant. Fornecedores | 612,98 | | 612,98 | 612,98 | | 612,98 |
| | Totais | 61.029,78 | 50.318,68 | 10.711,10 | 71.102,99 | 52.818,68 | 18.284,31 |
| | Fornecedores | 99.156,63 | | 99.156,63 | 118.154,76 | | 118.154,76 |
| | <i>Subtotais</i> | 99.156,63 | | 99.156,63 | 118.154,76 | | |
| Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado | Pessoal -Penhoras | 1.482,77 | | 1.482,77 | 1.577,61 | | 1.577,61 |
| | Acrescimo de gastos | 3.322,59 | | 3.322,59 | 3.112,37 | | 3.112,37 |
| | Previsão férias | 11.680,71 | | 11.680,71 | 11.980,96 | | 11.980,96 |
| | Outros | 826,44 | | 826,44 | | | 0,00 |
| | <i>Subtotais</i> | 17.312,51 | | 17.312,51 | 16.670,94 | | 16.670,94 |
| | Totais | 116.469,14 | 0,00 | 116.469,14 | 134.825,70 | 0,00 | 134.825,70 |

11 -Decomposição dos principais gastos registados no exercício

11.1 – Fornecimentos e serviços externos

| Fornecimentos e serviços externos | | 2013 | 2012 |
|------------------------------------|---|------------------|------------------|
| Subcontratos | | | |
| Serviços especializados | Trabalhos especializados | 8.909,17 | 18.912,65 |
| | Publicidade e propaganda | 2.693,38 | 2.792,10 |
| | Honorários | 3.279,29 | 10.374,90 |
| | Conservação e reparação | 36,90 | 448,95 |
| | Outros- Seminários, Conferências, Almoços | 19.183,96 | 30.960,96 |
| | Totais | 34.102,70 | 63.489,56 |
| Materiais | Ferramentas e utensílios de desgaste rápido | 231,08 | 4,78 |
| | Material de escritório | 1.921,83 | 1.360,37 |
| | Totais | 2.152,91 | 1.365,15 |
| Deslocações, estadas e transportes | Deslocações e estadas | 3.539,42 | 1.382,46 |
| | Totais | 3.539,42 | 1.382,46 |
| Serviços diversos | Rendas e alugueres | 19.293,99 | 17.612,16 |
| | Comunicação | 3.450,33 | 4.968,60 |
| | Seguros | 154,65 | 67,47 |
| | Contencioso e Notariado | 684,90 | |
| | Despesas de representação | 1.125,35 | 646,01 |
| | Limpeza, higiene e conforto | 2,39 | |
| | Outros serviços | 1.363,00 | 1.499,99 |
| | Totais | 26.074,61 | 24.794,23 |
| Totais | | 65.869,64 | 91.031,40 |

11.2- Gastos com pessoal

| Gastos com pessoal | 2013 | 2012 |
|-------------------------------|------------------|------------------|
| | Gastos | Gastos |
| Remunerações Pessoal | 73.153,99 | 70.151,68 |
| Encargos sobre remunerações | 12.564,89 | 16.412,29 |
| Seguros de acidentes trabalho | 1.077,48 | 998,65 |
| Totais | 86.796,36 | 87.562,62 |

12-Divulgações exigidas por diplomas legais

A Direção informa que em 31 de Dezembro a Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do DL 534/80, de 7/11.

Dando cumprimentos ao estipulado no Decreto 411/91 de 17/10, a Direção informa que em 31 de Dezembro a situação da empresa perante a Segurança Social encontra – se regularizada, dentro dos prazos estipulados.

13-Eventos subsequentes

Não são conhecidos a data quaisquer eventos subsequentes, com impacto nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro 2013

Após o encerramento do exercício, e até a elaboração do presente relatório, não se verificaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas comerciais.

14-Outras informações

14.1 - O detalhe da rubrica de "Estado e Outros entes Públicos" em 31 de Dezembro de 2012 e 2013 é o seguinte:

| Estado e outros entes públicos | | 2013 | 2012 |
|--------------------------------|---|-----------------|-----------------|
| Ativos | Imposto sobre valor acrescentado | 436,18 | 2.718,34 |
| | Imposto s/ rendimento pessoa coletivas | | |
| | Retenções na fonte | | 1,12 |
| | Total | 436,18 | 2.719,46 |
| Passivo | Imposto sobre rendimento pessoas singulares | 1.848,62 | 1.920,00 |
| | Contribuições para Segurança Social | 1.814,99 | 2.645,00 |
| | Total | 3.663,61 | 4.565,00 |

14.2- Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 os Fundos Patrimoniais encontram-se negativos. A situação encontra a ser objeto de análise por parte dos órgãos de gestão.

A Direção

O TOC